



Estudantes de Direito do Chile visitam o Tribunal Regional Federal da 1ª Região

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) recebeu nesta segunda-feira, dia 4, a visita de seis estudantes de Direito do Chile, participantes do intercâmbio acadêmico jurídico-cultural do Mercosul, denominado Programa Teixeira de Freitas para Intercâmbio de Magistrados e Servidores. Coordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a iniciativa busca promover o entendimento mútuo das realidades jurídicas dos países do Mercosul para apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisa jurídicas e facilitar a criação de um espaço de reflexão sobre questões fundamentais para o fortalecimento jurídico do bloco regional.

Os estudantes, que estavam acompanhados pelo prestador de serviço do STF, Christian Torres Beoutis, foram recebidos primeiramente pelo juiz federal convocado Cleberon José Rocha, na Sala Miguel Reale, que deu as boas-vindas ao grupo e falou um pouco do Tribunal aos visitantes.

Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal em "Notícias".

Justiça Federal no Piauí recebe treinamento sobre o Processo Judicial Eletrônico

Teve início nesta segunda-feira, dia 4, o treinamento sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região está promovendo até o dia 08 de abril na sede da Seção Judiciária do Piauí (SJPI). O curso conta com a participação de servidores da SJPI e das respectivas subseções piauienses, de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Procuradoria da República, da Procuradoria Federal no Piauí, da Procuradoria Pública da União, da Procuradoria da União e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

A capacitação está sendo ministrada pelo diretor do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico (Nupje), Andrey Leonardo Lima e Silva, e pela supervisora da Seção de Pesquisa e Compatibilização Normativa do PJe (Sepno) Rúbia de Almeida Mesquita Angelo, sob o acompanhamento do diretor do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região (Cedap), Márcio Albuquerque.

O PJe é um sistema eletrônico de tramitação, armazenamento e acompanhamento de processos judiciais. A implantação do PJe na SJPI ocorrerá no dia 16 de maio em todas as varas com competência cível da sede da Seção Judiciária e de suas respectivas subseções, abrangendo as classes processuais mandados de segurança cíveis (individuais e coletivos) e ações monitorias.

Atualmente, na Justiça Federal da 1ª Região, o PJe está em funcionamento

no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal (SJDF), de Goiás (SJGO), do Tocantins (SJTO), de Roraima (SJRR), do Maranhão (SJMA), do Acre (SJAC), de Rondônia (SJRO), do Amapá (SJAP) e do Amazonas (SJAM). A Seção Judiciária de Mato Grosso será a próxima Seccional a implantar o sistema, no dia 11 de abril.

Com informações da Secos/SJPI

Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas participa da abertura do Curso de Formação de Conciliadores da SJPA



Secos/SJPA

A coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef) em exercício, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, alertou na manhã desta segunda-feira, dia 4, em Belém, que a Justiça Federal precisa sintonizar-se ao espírito e às práticas de conciliação para evitar que aumente ainda mais a grande quantidade de processos, sobretudo nas varas especializadas de Juizados, que apreciam pequenas causas, no valor de até 60 salários mínimos (atualmente R\$ 52.800,00).

A magistrada informou, com base em estatísticas mais recentes, que apenas na 1ª Região, englobando o Pará e demais estados da Região Norte, além de Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal – num total de 14 Unidades Federativas – existem atualmente cerca de 800 mil processos em tramitação nos Juizados Especiais Federais (JEFs), além de 390 mil nas Turmas Recursais, que julgam os recursos contra decisões de primeira instância.

"Esse número é enorme. E o nosso grande desafio é fazer, pelo menos, com que essa demanda não aumente. Por isso, é importantíssimo o papel não apenas dos magistrados, mas também dos conciliadores", ressaltou a desembargadora, ao abrir o 1º Curso de Formação de Conciliadores, promovido pelo Centro Judiciário de Conciliação (Cejud) da Seção Judiciária do Pará (SJPA).

Na abertura do evento, que contou com a presença do diretor do foro, juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, e da coordenadora do Cejud, juíza federal Hind Ghassan Kayath, a desembargadora federal (foto) observou que os conciliadores são auxiliares da Justiça na mediação de conflitos e comparou o papel que desempenham à missão de "apagar incêndios", evitando com isso que os processos tramitem anos e anos até que um magistrado prolate a sentença.

"É muito bom quando ouvimos as pessoas chegando a uma central de conciliação, dizendo que tiveram seus benefícios suspensos pelo INSS e se admirando, positivamente, porque vieram à Justiça Federal, e em uma semana a questão se resolveu por meio da conciliação. A justiça é isto: é encontrar a porta de saída. Quando um litígio é judicializado, transformando-se num processo que fica andando pra cá e pra lá, durante anos e anos, isso não é justiça", disse Gilda Seixas. [\[Leia mais\]](#)

